

política

Dino proíbe novas leis com penduricalhos acima do teto

No dia 5, o magistrado suspendeu pagamentos sem previsão legal

/ STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, proibiu a edição de novas leis que reconheçam a validade de penduricalhos pagos sem previsão legal até a data da publicação da liminar sobre o tema. Em 5 de fevereiro, o ministro determinou a suspensão, em até 60 dias, de todos os penduricalhos pagos nos Três Poderes sem previsão legal. Durante esse prazo, o setor público deverá reavaliar todas as verbas indenizatórias pagas somente com base em atos administrativos.

Na decisão publicada na manhã de quinta-feira (19), Dino fez complementos e reforçou a liminar proferida em 5 de fevereiro. “É proibido o reconhecimento de qualquer nova parcela relativa a suposto direito pretérito, que não as já pagas na data da publicação da liminar (05.02.2026)”, determinou.

Dino também esclareceu que é proibida a edição de qualquer lei ou ato administrativo novo que valide parcelas remuneratórias e indenizatórias que ultrapassem o teto constitucional, equivalente ao salário de um ministro do Supremo (R\$ 46,3 mil).

O ministro ainda salientou que caberá “exclusivamente” ao



ANTONIO AUGUSTO/STF/DIVULGAÇÃO/JC

Decisão do ministro do STF foi publicada nesta quinta-feira

STF fixar uma regra transitória para sanar a omissão do Legislativo, caso os parlamentares não editem uma lei que defina critérios para o que pode e o que não pode ultrapassar o teto.

A Emenda Constitucional 135, promulgada em dezembro de 2024 para promover cortes de gastos, previa a edição de uma lei pelo Congresso Nacional com parâmetros para as verbas indenizatórias. Essa lei, contudo, não foi editada até agora. Na ausência de normas de caráter nacional, órgãos dos Três Poderes vêm criando penduricalhos por meio de atos administrativos.

Dino destacou ainda que a fixação de um prazo para que a

administração pública dê transparência ao que é pago acima do teto “é um dever básico de quem manuseia dinheiro público”.

“Para justificar contracheques mensais habituais de R\$ 200.000,00 (ou mais) não bastam expressões genéricas como: ‘direitos eventuais’; ‘direitos pessoais’; ‘indenizações’; ‘remuneração paradigma’, entre outras constantes de Portais de Transparência”, reforçou.

A liminar de Dino está prevista para ser julgada no plenário do STF na próxima quarta-feira (25), quando os ministros vão decidir se referendam ou não a medida. A tendência é pela confirmação da decisão.

Famurs lançará campanha de combate à violência de gênero

/ MUNICIPALISMO

A Famurs irá lançar no início de março a campanha “VIDA: todos por Ela”, que busca mobilizar prefeitos gaúchos na prevenção e no enfrentamento da violência contra a mulher. O lançamento oficial está previsto para ocorrer durante a Assembleia de Verão da entidade, de 4 a 6 de março, em Torres.

O lançamento ocorre na primeira gestão de uma mulher na presidência da Famurs, a prefeita de Nonoai

Adriane Perin (PP). “O município é onde a vida acontece. Estamos nos postos de saúde, nas escolas e no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Somos o primeiro acolhimento e precisamos de políticas públicas eficientes para interromper o ciclo da violência antes que ele seja fatal”, afirma a presidente.

O painel sobre violência de gênero da Assembleia de Verão deve contar com a participação da secretária da Mulher no Rio Grande do Sul, Fábria Richter.

Assembleia de Verão terá painel com pré-candidatos ao Piratini

Durante a edição de 2026 da Assembleia de Verão da Famurs, será realizado um encontro entre os pré-candidatos a governador gaúcho. O painel será na sexta-feira, dia 6 de março, e tratará de temas que impactam os municípios em diferentes áreas.

Foram convidados para o encontro os partidos que possuem ao menos um representante no Congresso. As legendas indicaram os pré-candidatos Covatti Filho (PP), Edegar Pretto (PT), Gabriel Souza (MDB), Juliana Brizola (PDT), Marcelo Maranata (PSDB) e Luciano Zucco (PL). Ernani Polo (PP), que disputa internamente

a indicação, enviou carta solicitando a participação e também integrará o painel. Todos os sete pré-candidatos já confirmaram presença.

O painel será dividido em três blocos. No primeiro, os pré-candidatos têm até cinco minutos para apresentar as ideias de governo. No segundo, cada participante recebe uma pergunta sorteada na hora, com três minutos para resposta. Por fim, os convidados fazem suas considerações finais em até dois minutos. Não haverá perguntas entre os pré-candidatos. No caso do PP, o tempo será dividido entre os dois representantes.

Congresso acumula 77 vetos de Lula sem análise; ainda não há data para apreciações

/ CONGRESSO NACIONAL

Sem convocação de sessão conjunta desde novembro, o Congresso Nacional acumula 77 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que ainda aguardam deliberação. Na fila estão decisões que envolvem penduricalhos a servidores do Legislativo, mudanças na dosimetria das penas dos condenados pelos atos de 8 de Janeiro - entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) -, regras do Fundo Partidário, segurança pública e medidas ambientais.

A análise depende da convocação de uma sessão pelo presidente do Congresso Nacional e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Ainda não há uma

data prevista.

Outra questão é que a leitura do requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar operações do Banco Master precisa ocorrer nessa reunião, o que formalizaria a criação do colegiado e ampliaria o embate político.

Entre os vetos pendentes está o que atingiu trechos do projeto que reajusta salários e benefícios de servidores do Poder Legislativo. Lula barrou dispositivos que poderiam abrir brecha para remunerações acima do teto do funcionalismo público, fixado no salário de ministro do Supremo Tribunal Federal - R\$ 46.366,19 -, e impediu aumentos escalonados previstos

para os próximos anos. O reajuste previsto para 2026, entretanto, foi mantido.

A oposição ao governo Lula articula para que a sessão seja convocada. O foco principal não é o veto aos benefícios, mas a tentativa de derrubar a decisão presidencial que manteve penas aplicadas aos condenados pela tentativa de golpe, no veto total ao chamado PL da Dosimetria. Parlamentares também defendem a instalação da CPMI do Master.

No campo orçamentário e político, aguardam votação vetos de Lula ao mecanismo automático de reajuste do Fundo Partidário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 e à proposta que ampliava de 513

para 531 o número de deputados federais. O governo argumentou que as medidas provocariam aumento de despesas sem estimativa de impacto ou contrariariam o interesse público.

Também estão pendentes vetos a projetos da área de segurança pública, como o que estabelece limite máximo de idade para ingresso nas carreiras policiais, e a trechos da proposta que tratava do porte de arma por policiais de casas legislativas. No âmbito do meio ambiente, segue sem análise a decisão que barrou dispositivo sobre regularização de áreas desmatadas ilegalmente no Pantanal. Ainda precisam ser apreciados vetos relacionados ao Marco Regulatório do Setor Elétrico.

Principais vetos na fila do Congresso

- Penduricalhos dos servidores do Judiciário;
- Dosimetria de penas para condenados pelos atos de 8 de Janeiro (veto total);
- Mecanismo de reajuste do Fundo Partidário na LDO 2026;
- Ampliação do número de deputados federais (veto total);
- Porte de armas para policiais legislativos;
- Limite de idade para ingresso nas carreiras policiais (veto total);
- Licenciamento ambiental;
- Trecho do Estatuto do Pantanal;
- Marco Regulatório do Setor Elétrico.